

# **A Crise Econômica Internacional, o Desenvolvimento e a Democracia**

**01**

CADERNOS  
DO NUPPS  
2009

**Gilberto Dupas**

Instituto de Relações Internacionais  
da Universidade de São Paulo

NUPPs

Núcleo de Pesquisa  
de Políticas Públicas da  
Universidade de São Paulo

## **Cadernos NUPPs**

Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas  
da Universidade de São Paulo

<b>Cadernos do NUPPs</b>	<b>São Paulo</b>	<b>Ano I</b>	<b>Março</b>	<b>2009</b>
--------------------------	------------------	--------------	--------------	-------------

## Cadernos NUPPs

### **Diretor Científico**

José Álvaro Moisés

### **Conselho Editorial**

Elizabeth Balbachevsky (FFLCH/USP)

Helena Sampaio (FE/UNICAMP)

José Álvaro Moisés (FFLCH/USP)

José Veríssimo (NUPPs/USP)

### **Secretárias**

Regina dos Santos

Vera Cecília da Silva

### **Cadernos do NUPPS**

Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo

Rua do Anfiteatro, 181, Colmeia, favos 9 e 21, Cidade Universitária, S. Paulo, SP,

CEP: 05508-060. Tels.: (55-11) 3815.4134 /3091.3272 - Fax: (55-11) 3091.3157.

<http://www.usp.br/nupps> - e-mail: [nupps@usp.br](mailto:nupps@usp.br)

## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>04</b>
<b>A crise econômica internacional, O desenvolvimento e a democracia</b>	<b>05</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>15</b>

## Apresentação

**Gilberto Dupas** (1943-2009) foi presidente do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), coordenador-geral do Grupo de Conjuntura Internacional (Gacint) do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP) e professor visitante da Universidade Paris II e da Universidade Nacional de Córdoba. Atuou como Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e como presidente da Caixa Econômica na gestão de Franco Montoro (1983-1987). Foi integrante do Grupo de Análise e Pesquisa da Presidência da República (1995-2002).

Este artigo foi discutido no âmbito do Fórum de Políticas Públicas do Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPs/USP), em 3 de novembro de 2008. Sua publicação inaugura a coleção **Cadernos do NUPPs** e é uma homenagem a este que foi um grande intelectual e, sobretudo, um maravilhoso ser humano.

## **A Crise Econômica Internacional, O Desenvolvimento e a Democracia**

Gilberto Dupas

A crise sistêmica que foi desencadeada após o governo norte-americano ter deixado o *Lehman Brothers* entrar em concordata, para além da depreciação rápida em mais de 30% no valor dos ativos em ações, da queda dramática dos preços das *commodities*, do aperto geral dos bancos e do impacto na economia real da produção, questionou alguns fundamentos do capitalismo global e das suas lógicas de acumulação. Essas lógicas que estruturaram o capitalismo global a partir da queda do muro de Berlim, fundadas na radicalização da destruição criativa schumpeteriana e possibilitadas pelas novas tecnologias de computação e comunicação, haviam alterado substancialmente a estrutura mundial do poder.

A partir dos anos 1980, o acesso aos mercados globais e a prática do discurso hegemônico do caminho único levaram a uma profunda transformação das relações Estado-corporações e Estado-cidadão, cujas conseqüências atingiram diretamente o exercício da democracia representativa no mundo todo. Os Estados nacionais tornaram-se atores mais frágeis e menos capazes de lidar com as tensões globais e as demandas nacionais por *welfare*. As grandes corporações globais do setor financeiro, industrial e de serviços impuseram o seu estilo de busca de lucro a qualquer preço, operando nas zonas cinzentas do mercado, fragmentando sua lógica de produção mundial e indo buscar as vantagens comparadas onde quer que estivessem. Essa foi, aliás, a origem da incorporação da China ao processo capitalista, do qual se tornou parceiro muito relevante. As questões relativas à regulação passaram a ser amplamente rejeitadas e vistas como indesejáveis resíduos arcaicos dos falidos regimes estatais a tentar limitar o vigor do pujante e luminoso capitalismo global. A democracia, por sua vez, passou a ser o emblema do caminho único e a referência da única forma legítima de governo. Convém, no entanto, examinar mais profundamente suas premissas.

Teoricamente, são características essenciais de um regime democrático o sufrágio universal, as eleições sem pressões sobre os eleitores e a liberdade de associação e pensamento. Na prática, porém, a política se exerce competindo por ocupar os cargos de responsabilidade dentro do Estado. Fala-se, então, em democracia quando essa competição se faz de maneira suficientemente aberta e com certo controle popular. Sociedades não se

alteram facilmente por decretos inspirados no bem comum, pois o poder está concentrado em diferentes esferas que podem resistir e contornar exigências legais. Os interesses do capital, por exemplo, têm um papel decisivo no jogo do poder. Diante deles, os governos democráticos contam com uma margem de manobra muito restrita. Um cidadão comum mete-se na fila de votação para tentar eleger um deputado que nunca vai ver; já, um empresário importante tem na sua agenda o telefone direto de vários ministros. Aliás, um dos mitos da política é certa postura ideológica que tenta nos fazer acreditar que os relatórios econômicos, numa economia de mercado, são informações técnicas objetivas e isentas de influências. Porém, a economia é o lugar por excelência no qual se decide a repartição do poder. Imaginá-la como o espaço de fria racionalidade --e a política como área das paixões e interesses-- é uma ilusão que impede o aprofundamento da democracia.

Veja-se, por exemplo, o que estão a fazer agora os governos democráticos dos países líderes mundiais ao alocar volumes equivalentes a quase 20% dos seus respectivos PIBs para socorrer bancos e empresas submetidas à gestão temerária, que buscava maximização de seus lucros sob a justificativa de que estão protegendo as poupanças da população. Ou mire-se a “confissão” e o pedido público de desculpas de Greenspan diante do Congresso norte-americano --ele que foi o “todo-poderoso” e incensado presidente do FED durante décadas--, admitindo que estava cego ao não perceber que o mercado tinha virado um cassino e exigia regulação.

Na verdade, o ideal democrático reina hoje em grande parte do mundo, mas a erosão da confiança dos cidadãos em seus dirigentes e nas instituições políticas é o principal problema das democracias atuais. Em tempos de capitalismo global e hegemonia dos mercados, o individualismo se exacerbou, a esfera pública se erodiu, a vontade política declinou e as elites se afastaram cada vez mais do povo --agora sem o confortável colchão de uma classe média estável. Os interesses privados se impuseram e o nível de corrupção se manteve. O *subprime* e as segundas hipotecas só ocorreram como consequência da indução da propaganda ao consumo conspícuo da esmagadora maioria dos cidadãos americanos instados a imaginar que a escalada absurda de preços dos imóveis seria permanente.

Eleições intermitentes tentam garantir legitimidade e confiança. Mas essa confiança se esvai diante da decepção com as expectativas alimentadas por discursos de campanha feitos para ganhar eleições e não para governar. O problema é que os governos podem muito pouco em função das restrições orçamentárias e da implacável lógica global --que ajuda a gerar exclusão e desemprego-- combinadas com a escalada da violência e do crime organizado. Não

é à toa que os franceses chamam os raros momentos em que legitimidade e confiança andam juntas de “estados de graça”. Estarão os Estados Unidos --líder hegemônico mundial que têm o dever de buscar consensos para a superação da crise econômica-- mergulhando num desses raros momentos após as eleições? Acho que não. Lembremos que, mesmo que vença Obama, ele terá um país rachado ao meio.

O mundo macroeconômico havia entrado numa fase de alta complexidade e especialização, onde dominavam opiniões tecnocráticas muito distantes da sensibilidade do cidadão-consumidor, enquanto o capitalismo financeiro global oferecia a ele fantásticas miragens e ilusões. Agora, diante da crise, economistas se digladiam expondo teorias herméticas e opostas, enquanto o cidadão perplexo olha para o emprego e a comida na mesa. É por isso que vários trabalhos sociológicos pelo mundo afora salientam que caminhamos para uma “sociedade de desconfiança generalizada”. Diante das dificuldades que a democracia enfrenta, tudo indica que a soberania popular não pode ficar restrita ao sufrágio universal.

Pierre Rosanvallon, professor do Collège de France, propõe medidas visando equilibrar os poderes e desvios que fazem crescer a desconfiança diante da legitimidade eleitoral. Uma população vigilante e ativa seria o grande remédio para as disfunções institucionais, especialmente para a “entropia representativa”, entendida como a degradação da relação entre eleitos e eleitores. Prolongar os efeitos da legitimação eleitoral pressupõe um controle social mais permanente, do qual os debates parlamentares também não dão conta.

O desencantamento ideológico do fim do século XX determinou uma abordagem mais individualista às questões políticas. O problema da confiança pessoal dos governantes tornou-se mais agudo. A reputação virou uma espécie de “instituição invisível” e constitui um dos fatores estruturantes da confiança. Com isso, os escândalos e as práticas de denúncias aumentaram. Daí uma multiplicação de acusações, que podem não ser necessariamente resultado do declínio da moral, mas também de uma exigência social renovada de transparência. Um governo democrático, para além da autorização que lhe legitima, deveria ser estruturado pela confrontação permanente às diversas categorias de veto provenientes dos grupos sociais, das forças políticas e econômicas. O exercício pleno da democracia relegitimada poderia ser medido por quanto as ações dos governos são determinadas ou não pelas possibilidades de bloqueio proveniente dos diversos atores sociais. Parodiando Albert Hirschman, a voz (protesto) é sempre preferível à saída (defecção) ou à mera lealdade (aprovação passiva). Mas é preciso cuidado, pois o uso continuado de práticas de democracia



direta plebiscitária pode ser perigoso num mundo midiático controlado pelos interesses econômicos ou por líderes com vocação populista.

Como se vê, quem sai por aí propagandeando virtudes ou falhas democráticas em regimes ou governos corre o grave risco de ser perguntado de que democracia está falando, e terá que dar explicações complicadas.

A China, por exemplo, é um gigantesco fenômeno econômico e político que pode levá-la, nos próximos trinta anos, tanto a disputar a hegemonia mundial com os EUA como a espalhar tremores intensos pelo mundo afora. Responsável por boa parte do crescimento dos mercados mundiais dos anos recentes, mas produzindo em larga escala para atender basicamente o consumidor americano endividado para além das suas posses, o casamento estratégico da China com os EUA fez disparar o preço das matérias-primas, enquanto gerava reservas internacionais em dólares que sustentaram o gigantesco déficit norte-americano. Isso, até aqui, havia sido benéfico à economia mundial, em especial aos países da periferia, condenados a exportar produtos básicos. No entanto, as organizações internacionais criticam o “arremedo de democracia” do país --comparada aos “padrões ocidentais”-- e o Estado centralizador e autoritário. Mas é justamente o Estado e a política chineses --com suas idiossincrasias-- que possibilitam possível o grande fenômeno de crescimento e de inovação, e permitem manter sob controle, até aqui, uma massa enorme de “novos miseráveis com telefone celular” entretidos pela possibilidade de uma ascensão social.

Não podemos esquecer também a política e a possibilidade de graves tensões sociais na própria China, especialmente agora em que a crise obriga o país a uma redução de suas taxas de crescimento em quase 40% (de 12% para 7,5%). O pujante quadro chinês assenta-se sobre um barril de pólvora de tensões sociais para as quais não há apenas bons prognósticos. A ideologia desapareceu quase completamente como instrumento de legitimação. O objetivo passou a ser “fortalecer e enriquecer” a China e reconduzir o país ao seu lugar de direito entre as nações. Esta política implicou no reconhecimento de que a estabilidade e, com ela, a sobrevivência do PC no poder, só serão alcançáveis por meio do desempenho econômico. A visão chinesa de democracia não é, e nem poderia ser, a ocidental; da mesma forma que “socialismo de mercado” é um termo ambíguo e contraditório. O que importa não é a democracia e, sim, a estabilidade a qualquer custo.

Outro foco importante de tensão permanente entre integração-globalização e democracia é o ousado projeto de integração européia que caminhou para um impasse com a rejeição do Tratado de Lisboa. A União Européia está fazendo os Estados europeus perderem

autonomia em muitos níveis, e eles querem se assegurar de que essas perdas de soberania serão mais do que compensadas por ganhos sinérgicos que consolidarão sua posição frente a destinatários plurais e a diversos grupos de interesse. Esse convencimento é parte da política e só se torna possível no exercício pleno da democracia transitada do nacional para o supranacional. Eis a grande questão. Em oposição ao modelo neoclássico, a estratégia da cooperação repousa prioritariamente na autonomia da política e do Estado diante da economia. Mas é preciso provar, por exemplo, que a possibilidade de melhores margens de ação diante do desemprego, da criminalidade, da migração e da segurança é real. Ulrich Beck diria que “só a faculdade de se entusiasmar suscita a aprovação e o poder. A redescoberta dos grandes discursos, da Grande Política, serve para dinamizá-la, dar-lhe conteúdo e poder”. Mas isso só é possível sem um “déficit democrático” que cria um abismo intransponível entre o cidadão nacional e o europeu. A atual crise que comprometeu parte significativa dos PIBs nacionais com o socorro aos agentes econômicos e que levará a Europa a um crescimento em torno de zero, em 2009, não ajuda em nada.

A política nacional já não tem dado conta de convencer as populações de que vale a pena abrir mão de conquistas que, durante mais de meio século, conseguiram fazer nascer na Europa um “capitalismo sem garras”, que manteve a exclusão social sob controle. Nesse contexto, o populismo muitas vezes surge como alternativa para manter a identidade comum em face da ameaça do multiculturalismo e da globalização. É uma agenda política que explora o medo de partes expressivas das populações de muitos desses países sujeitos a aumento na massa de imigrantes --o que supostamente conduziria à uma nova ameaça, agora, agravada pela recessão. O tipo de individualismo praticado pelos cidadãos contemporâneos é cada vez mais difícil de reconciliar com uma entidade coletiva como os partidos políticos nacionais. Imagine-se, então, no plano do cidadão transnacional europeu. A mídia moderna encoraja o enfraquecimento dos laços entre os cidadãos e os partidos, dando uma nova dinâmica à política, assumindo ela mesma funções de comunicação, socialização e disseminação de informação, que antes pertenciam aos partidos.

Se a moldura própria da democracia é a nação --porque é na nação que pode existir um povo--, talvez a UE não possa ser mais do que um encontro de povos que preservam e respeitam sua identidade, e daí extraem sua força e originalidade. Se é assim, vale perguntar, é possível a UE completar sua integração política sem ter construído uma cidadania europeia, com o surgimento de um povo europeu que valorize a Europa no mínimo tanto quanto seu próprio país? Se os eurocéticos têm contra si o quanto já foi conseguido e era considerado

praticamente impossível (especialmente a moeda única), os otimistas têm contra si a rejeição à Constituição e, agora, o desmoralizante impasse com a mini-Carta que Sarkozy oportunisticamente tenta romper, sob pretexto da crise, propondo a extensão de seu próprio mandato de presidente da UE. Como continuar avançando a partir desse grande impasse?

Sobre a questão do desenvolvimento, é preciso antes de tudo reexaminar o seu significado atual e distingui-lo cada vez mais dramaticamente do mero crescimento econômico medido pelo consumo per capita. Para Guillermo O'Donnell, democracia supõe seres humanos portadores de dignidade e possuidores de direitos. Por isso, desenvolvimento econômico só é democrático quando produz sociedades progressivamente mais eqüitativas e respeitadoras daquela dignidade. Não há desenvolvimento sem um Estado que dê sustentação à democracia e a impulsione na direção da maior eqüidade. Mas boa parte das democracias são sustentadas por Estados apenas parcialmente democratizados, que promovem cidadanias de baixa intensidade, convivendo com ampla pobreza e desigualdade. Por isso mesmo, os cidadãos esperam ser beneficiários de políticas públicas que atenuem sua exclusão e resgatem sua dignidade. Espaço crucial de poder, tendo classes e setores antes excluídos como participantes de pleno direito, o Estado se enriquece quando representa o conjunto amplo da cidadania --em minha opinião, característica muito positiva do governo Lula no Brasil.

Para O'Donnell, há quatro condições básicas para que o Estado possa dar conta de sua missão de promover democracia e desenvolvimento: eficácia das suas burocracias; efetividade do sistema legal; credibilidade como guardião e realizador do bem público da nação; e competência para filtrar tensões externas. Aumentar a eficácia do Estado como burocracia significa prestar um bom serviço civil, regido por critérios universalistas. Isso implica em salários dignos para os funcionários públicos, carreiras avaliadas por critérios objetivos, oportunidades de capacitação periódica, além de proteção razoável contra a corrupção, o clientelismo e o nepotismo --em minha opinião, um ponto fraco do atual governo.

Tudo isso é difícil, custa dinheiro e exige longo prazo --palavra proibida para muitos dirigentes políticos--, além de exigir baixa tolerância e alta exemplaridade contra dolos e desvios. Aumentar a efetividade da legalidade estatal significa não apenas estender os direitos civis básicos sem descuidar da expansão de direitos sociais, mas também ser capaz de elevação progressiva dos pisos mínimos de bem-estar e de desenvolvimento humano, que respeite os direitos individuais e proteja o cidadão contra violência. Isso exige tratamento respeitoso, inviolabilidade do domicílio, acesso eqüitativo à justiça e não discriminação a

qualquer classe social. Aumentar a credibilidade do Estado e do governo como agentes gerais do bem público significa boas políticas, bons exemplos de probidade republicana e avanço progressivo na justiça e na coesão social. Finalmente é necessário a este Estado saber filtrar adequadamente as diversas dimensões da globalização, reduzindo seus efeitos perversos, e ter claro que globalização econômica nada tem a ver com a diminuição do poder do Estado. Até porque a natureza das demandas, às quais deve responder, exige que se gaste mais e melhor. Caminhar nessa direção é uma dura tarefa numa sociedade de desiguais, já que as classes dominantes podem tentar exercer um forte poder de veto. A não ser nas crises profundas, quando é preciso socorrer bancos e empresas evitando sua quebra, ou seja, socorrer mais o capital do que as poupanças. Só aí o neoliberalismo vai buscar Keynes e aplaude as intervenções.

Os países da periferia do capitalismo mundial, inclusive os grandes como China e Rússia, têm tido, em geral, baixo desempenho naquelas quatro tarefas básicas que mencionei, permitindo zonas extensas de anomia em que outros atores –crime organizado, máfias, terceiro setor contaminado por interesses privados-- assumem parte do seu papel e enfraquecem as condições para a proliferação dos valores e bens públicos. Para complicar ainda mais, a classe política dá contínuos pretextos para deslegitimar-se junto à sociedade. Certamente no Brasil desses últimos anos, por exemplo, o processo de redistribuição de renda com forte incorporação dos excluídos à economia de mercado e ao jogo político é um aspecto muito positivo. Mas será ele transitório ou permanente? A extensão da crise econômica e a maneira como lidaremos com ela vão, em breve, responder isso.

Finalmente, não poderia deixar de ressaltar, ainda que rapidamente, a crise ambiental como uma das tensões contemporâneas mais críticas entre crescimento econômico e desenvolvimento social. O motor dinâmico do capitalismo, a destruição criativa schumpeteriana, exige contínuo sucateamento e novos produtos sendo transformados em objeto de desejo pela propaganda global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais, degradação do meio ambiente e escassez de energia.

Como a saúde e as atividades da espécie humana dependem do bom funcionamento de ecossistemas que estão colapsando e de materiais que passaram a escassear, corremos um sério risco de desestabilização. Ar, água, solo e, em conseqüência, agricultura e alimentos estão contaminados por moléculas químicas inéditas suscetíveis de induzir ao câncer, à má-formação e à esterilidade. A era da abundância em recursos naturais terminou, mas o poder econômico continua garantindo que as novas tecnologias “darão um jeito”. Para inúmeros

cientistas respeitáveis, mais alguns passos da humanidade na direção errada e irreparável podem acontecer, tendo as gerações futuras como vítimas. Resta saber se a sociedade tem vontade e capacidade para agir. Em uma palavra, resta saber se o quadro é reversível ou se uma tragédia já está programada.

A questão das escolhas é crítica. Um caso clássico --sob indução da indústria automobilística-- é a prioridade do transporte individual sobre o coletivo, apesar de não haver impedimento tecnológico ou financeiro para que as grandes cidades movimentem sua população de forma limpa e eficiente. A questão é determinar quem define essas escolhas e em benefício de quais grupos ou lógicas.

Os ecologistas sociais alertam para os impactos da degradação do meio ambiente sobre os excluídos e para o deslocamento geográfico das fontes de recursos e das áreas de descarte dos resíduos em direção aos países periféricos. Estados Unidos e União Européia importam grande parte do petróleo e matérias primas que consomem. Já, a América Latina exporta-os seis vezes mais do que os importa. O resultado é que as fronteiras de petróleo, gás, alumínio, cobre, eucalipto, óleo de palma, camarão, ouro e soja transgênica avançam em direção à periferia. Na medida que se expande a escala da economia global, mais resíduos são gerados, os sistemas naturais são comprometidos e aí se vão os direitos das gerações futuras. No entanto, poderosos lobbies antiecológicos contam com forte apoio do setor privado e de governos pressionados por metas de crescimento econômico de curto prazo.

Estamos diante da opção privilegiada pela acumulação de capital em detrimento do bem-estar social amplo. Como produzir uma mudança radical de modelo se o mercado livre é a lei e os grandes atores econômicos têm total liberdade de definir a direção dos vetores tecnológicos? Há alguma chance de o próprio mercado se auto-regular? Quem poderá, em nome do futuro da sociedade, determinar restrições e direções dessa mudança? Trata-se de uma tarefa imensa de reconversão da lógica privada de produção. Quem vai ser capaz de enfrentar essa batalha gigantesca em nome do futuro da civilização? Obviamente, não bastará o argumento ambíguo e desmobilizador de que a profunda crise atual tem, pelo menos, como fator positivo aliviar a pressão ambiental.

Voltando à crise econômica, e agora para finalizar. Howard Davis, diretor da Escola de Economia de Londres e ex-vice-presidente do Banco da Inglaterra, em recente análise sobre a crise, descreve o kafkiano conjunto de uma centena e meia de entidades e comitês internacionais que atualmente pretendem lidar com o sistema financeiro internacional com

pouquíssimo poder e baixa eficiência. Ele lembra o Comitê da Basiléia, que precisou de uma década para determinar os padrões de regulação Basileia2, e que só agora os bancos estariam começando a implantar --obviamente, já completamente desatualizado pela crise. Davis defende regras duras para amarrar as partes do sistema não reguladas, incluindo seus buracos negros do tipo dos paraísos fiscais e a indução aos bancos de comportamentos contracíclicos. Um exemplo dessas regras, no caso dos preços dos ativos se mostrarem muito diferentes dos padrões históricos, seria impor um suprimento de capital adicional aos bancos que reflita os custos potenciais de uma eventual queda dos preços. A questão que vale colocar é: pode a crise iniciada pelo colapso do sistema financeiro, de fato, gerar uma nova era de regulação com a ativação do papel de algumas agências e dos governos no controle do lado desenfreado do capitalismo global?

Enquanto os políticos movimentaram-se de forma hiperativa, atropelando princípios e outorgando-se poderes de épocas de guerra, economistas e intelectuais estão tão perdidos quanto os demais. Suas posições oscilam entre a antevisão “das folhas de outono” do fim do capitalismo até a assunção de uma mera crise de ajuste que será resolvida com certa socialização de prejuízos e alguma regulação. Quanto aos políticos, em geral, quando exacerbam a crise é para valorizar suas próprias propostas ou ações protagônicas. Mas a verdadeira natureza da atual crise é tão complexa que conduz a uma cegueira relativa da maioria dos seus atores.

Ulrich Beck diz que o comportamento do atual ministro da economia da Alemanha, Michael Glos, diante da crise mais lhe parece o daquele bêbado que procura sua carteira perdida em meio à noite escura com o facho de uma lanterna. Ao ser perguntado “É mesmo aqui que você a perdeu?”, ele responde: “Não. Mas a luz dessa lanterna me permite, ao menos, continuar procurando”. Esta historinha pode servir para o comportamento da maioria dos políticos diante desta crise. Beck lembra que risco e dano não significam necessariamente catástrofe, mas que a percepção dos seus efeitos futuros em áreas críticas como clima, finanças ou terrorismo, maximizada intensamente pela mídia global, instaura um estado de exceção ilimitado que transcende a escala nacional para uma dimensão universal.

Carl Schmidt, ainda que raciocinando basicamente sobre a soberania do Estado nação, já havia previsto o potencial político de um estado de urgência ilimitado transferido da esfera nacional para a escala universal. Para Beck, o problema é que a legitimidade de uma ação cosmo-política face às crises globais depende muito das mídias e só se mantém enquanto elas

estiverem dando atenção à questão. Enfim, ele se pergunta se há, de fato, espaço real para ações globais no regime único capitalista, onde o risco e a desregulação são a regra.

As grandes novidades provocadas pela crise na Europa referem-se ao frenesi de Sarkozy, o que não é propriamente uma novidade, e à ascensão de Brown, naquilo que a imprensa francesa chamou de “La revanche de Mister Bean”. A crise financeira permitiu-o mergulhar em seu elemento. Excelente ministro da economia de Tony Blair, responsável pelo sucesso econômico da Inglaterra nos últimos anos, ele vinha conduzindo um governo marcado por equívocos e problemas. Seu original plano de salvação dos bancos foi aceito de imediato pela Europa e pelos Estados Unidos, alçando-o à condição de grande astro internacional. Político cauteloso e reservado, Brown reagiu com sua habitual fleuma ao repentino sucesso alertando: “Gordon, somente Gordon, não Flash Gordon”. Abordado como herói por um batalhão de quase 100 jornalistas da maniqueísta imprensa mundial que lhe perguntavam com se sentia ao ser chamado de sábio pelo prêmio Nobel de economia Paul Krugman, e se ele estava pensando em chamar eleições na Inglaterra para aproveitar o sucesso, Brown reagiu num meio sorriso com sua cautela tradicional e fina ironia dizendo: “Estou muito grato pelo interesse geral de todos, mas políticas são subidas e descidas, e precisamos tratar as duas situações eqüanimente”. Político raro esse Brown, mas sem glamour na sociedade-espetáculo.

Em suma, nessa altura, ninguém sabe qual a profundidade e qualidade dessa crise que pode ser tanto de fundamentos como de forma --ou de ambos. Quem disser que sabe está, na melhor das hipóteses, praticando exercícios de *wishfull-thinking*. Muitas águas ainda podem rolar sobre as pontes do capitalismo global. Algumas delas até podem cair com a força das correntes. Estruturas e equilíbrios de poder irão se alterar tanto na política como na economia, obviamente incluindo o sistema financeiro e seus atores principais.

## **Bibliografia**

DUPAS, Gilberto (2001). **Hegemonia, Estado e Governabilidade**. S.Paulo: Ed. SENAC.

\_\_\_\_\_ (2005). **Atores e Poderes na Nova Ordem Global**. S.Paulo: Ed. UNESP.

\_\_\_\_\_ (2006). **O Mito do Progresso**. S.Paulo: Ed. UNESP.

\_\_\_\_\_ (Org.) (2008). **Meio Ambiente e Crescimento Econômico: tensões estruturais**. S.Paulo: Ed. UNESP.